



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Axia: CNE convoca entidades para 2ª rodada de negociação do ACT
Página 2



Foto: Sílvia Medeiros

Intercelec e Celesc têm 2ª negociação da PLR 2026
Página 2



CELESC

Alesc promove audiência em 20 de março para debater a Celesc Pública

ATO SERÁ REALIZADO NO AUDITÓRIO DA UNIVALI EM ITAJAÍ. TODA A CATEGORIA É CONVOCADA A PARTICIPAR E DEFENDER A MANUTENÇÃO DO CARÁTER PÚBLICO DA CELESC



Da esquerda para a direita, os deputados visitados: Luciane Carminatti (PT), Marcos Vieira (PSDB), Nilso Berlanda (PL), Marquito (PSOL), Fabiano da Luz (PT), Sérgio Guimarães (União) e Maurício Peixer (PL)

"A presença da categoria na audiência é de suma importância para que haja o contraponto e para que fique bem explicado (...) que os trabalhadores da Celesc querem efetuar um bom trabalho, mas dependem de ferramentas, de pessoal e de decisões mais responsáveis dos gestores"

Os sindicatos que compõem a Intercelec deram sequência às visitas aos gabinetes de deputadas e deputados estaduais - conforme percorrida divulgada na edição 1684 do jornal Linha Viva.

O objetivo dos encontros, além de fazer a defesa da atuação dos empregados da Celesc e da manutenção do caráter público da companhia, era também **garantir que a representação da categoria elétrica tivesse espaço e voz na audiência pública agendada para o dia 20 de março** no auditório do curso de Ciências Jurídicas da Univali, em Itajaí.

A audiência foi proposta pelo deputado Ivan Naatz (PL), um dos parlamentares que em janeiro fez críticas à atuação da empresa durante as festas de fim de ano e primeiros dias de 2026, no auge da temporada, na região do Vale do Itajaí e litoral norte. Naatz é o mesmo deputado que, durante a audiência pública que debateu a gestão da Celesc em abril de

2025, defendeu as terceirizações e elogiou a forma como a diretoria vinha administrando a estatal. À época, Naatz era líder do governo Jorginho Mello (PL) na Assembleia Legislativa.

A audiência de 20 de março foi requerida por Naatz através da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa e foi aprovada também pelos deputados Tiago Zilli (MDB), Napoleão Bernades (PSD), Nilso Berlanda (PL) e Rodrigo Minotto (PDT).

No requerimento para a realização da audiência pública, Naatz cobra, com urgência, que o debate ocorra em virtude de demandas de municípios das regiões da AMFRI, AMVE e AMVALE: "Ao longo dos últimos anos existem diversas demandas dos municípios dessas regiões citadas, sendo que vários estão com problemas relacionados à queda de energia elétrica em suas residências e nos ambientes de tra-

balho/negócios". O documento continua: "Torna-se imprescindível a realização de reunião para tratar da qualidade e regularidade do fornecimento de energia elétrica, uma vez que a presença dos cidadãos e do poder público é uma via capaz de garantir que as cobranças dos moradores sejam ouvidas, permitindo o estabelecimento de um canal direto de prestação de contas por parte da Celesc".

Por óbvio, a presença da categoria na audiência é de suma importância para que haja o contraponto e para que fique bem explicado a parlamentares e, sobretudo, à população, que trabalhadores e trabalhadoras da Celesc querem efetuar um bom trabalho, mas dependem de ferramentas, de pessoal e de **decisões mais responsáveis dos gestores, investindo menos em terceirizações e mais na mão-de-obra própria.**

Dia 20 de março todos os caminhos levam à Univali de Itajaí. Participe!

Intercel e Celesc se reúnem para 2ª rodada de negociação da PLR 2026

Reunião novamente foi realizada em um clima de respeito entre as partes

A segunda rodada de negociação do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026 foi realizada na quinta-feira da semana passada, dia 5. Inicialmente, o Diretor Administrativo, Moisés Diersmann, indicou que não haveria mudança de estrutura na PLR, mantendo as parcelas base (com base nos indicadores do Contrato de Gestão e Resultados), parcela adicional (que multiplica os acordos de desempenho) e parcela lucro, nos mesmos moldes dos últimos Acordos. O Diretor também garantiu que os valores da parcela base serão reajustados pelo INPC.

A reunião focou em debater indicadores da parcela base e a tabela da parcela adicional. Para os indicadores, ainda existem divergências entre a Intercel e a Direção da Celesc, sendo que o tema retornará na próxima reunião. O aumento do percentual de multiplicação da

parcela adicional (pedido histórico dos sindicatos da Intercel) também foi debatido e retornará no próximo encontro.

Em relação à parcela lucro, Moisés declarou que a empresa não acataria integralmente a proposta da Intercel, que prevê o aumento de 1% para 2% do lucro a ser distribuído, de forma linear, e também a retirada do limitador de pagamento, mas afirmou que uma das demandas seria atendida. Outros itens debatidos têm relação com o direito de trabalhadores receberem a PLR em casos de limbo previdenciário, nos casos de afastamento decorrente das doenças classificadas no Art. 14 da Lei 7.713/88 e nas demissões por justa causa. Na avaliação da Intercel, a rodada foi positiva, com sinalização de avanços como o da parcela lucro. A próxima rodada está agendada para o dia 26 de março.

FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Sinergia participa de Seminário 'Vivas e Decididas'

Evento foi realizado no dia 5 de março na Assembleia Legislativa de Santa Catarina

O Seminário Vivas e Decididas contra o Feminicídio levou mais de 1,2 mil mulheres e homens a lotarem todos os espaços da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O evento, integrante do calendário de mobilização do 8M e organizado pelo mandato da deputada Luciane Carminatti (PT), reuniu sociedade e poderes públicos em uma mobilização visando ao combate efetivo ao feminicídio e às violências contra as mulheres.

"A culpa não foi delas" foi o slogan que orientou a abertura, em que foram homenageadas as mulheres vítimas de feminicídio em 2026 em Santa Catarina, através da exposição de sapatos vermelhos, símbolo internacional da ausência das mulheres que tiveram suas histórias interrompidas pela violência de gênero.

Em 2025, Santa Catarina registrou 52 feminicídios, entre eles o assassinato de três crianças, além de 255 tentativas de feminicídio, o segundo maior número do país. No estado, no ano passado, 31 mil mulheres solicitaram medidas protetivas contra companheiros ou ex-companheiros. Para a procuradora da Mulher da Alesc, deputada Luciane Carminatti, os números revelam uma realidade que já não pode ser tratada como rotina: "Todos nós conhecemos esses números. Eles estão nos jornais, nas redes sociais. Nós lamentamos, nos chocamos, mas a vida continua. E é justamente isso que precisa mudar: nós não podemos naturalizar esses dados", afirmou. O feminicídio não é uma fatalidade, é um crime previsível e evitável.

Ao longo do dia, os debates abordaram desde as raízes culturais da violência até estratégias institucionais para prevenção e responsabilização dos agressores.

A procuradora-geral de Justiça do MPSC, Vanessa Cavalazzi, destacou que o enfrentamento ao feminicídio exige compreender melhor a realidade da violência no estado. Assim como a vice-presidente do Fórum Nacional de Violência Doméstica, Naiara Brancher, representante do Tribunal de Justiça, afirma que o grande desafio

é e agir antes que a violência resulte em morte.

Segundo Naiara Brancher, SC tem avançado na implementação de grupos reflexivos para homens autores de violência, iniciativa pioneira no país desenvolvida em parceria com universidades.

Um dos momentos centrais do seminário foi a assinatura de um Termo de Compromisso entre os Poderes pela Vida das Mulheres em SC.

O documento estabelece 8 compromissos assumidos coletivamente pelas instituições. Entre eles, estão o reconhecimento da responsabilidade compartilhada entre os poderes, a atuação integrada e coordenada, a prioridade na prevenção da violência e a atenção especial às desigualdades que atingem mulheres pobres, periféricas, negras, com deficiência e de diferentes territórios. O acordo também prevê a produção e compartilhamento de dados para orientar políticas públicas e o acompanhamento das ações assumidas.

O Sinergia foi representado pela diretora Cecy Marimon, que destaca a importância de espaços como este "para espalhar informação, de forma que homens e mulheres compreendam como a violência de gênero está próxima, e como é nosso dever evitar que essa violência continue sendo relativizada". Segundo Cecy, o combate ao machismo estrutural e a misoginia é tarefa de todos: "A luta por igualdade de gênero, a luta das mulheres pelo seu espaço identitário vem sendo ideologizada por narrativas de extrema direita, no último período. Não podemos retroceder! Conquistas históricas não podem ir pelo ralo do obscurantismo, sob pena de continuarmos assistindo a violência e morte de mulheres pelo simples fato de serem mulheres e dizerem não!"



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Stieel participa de debate em Concórdia pelo fim do feminicídio

O Stieel, sindicato que representa a categoria eletricitária da região serrana até o extremo oeste de Santa Catarina, participou nesta terça-feira, dia 10, de uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Concórdia pelo fim do feminicídio. O debate foi organizado pelo Ministério Público de Santa Catarina e o convite para a participação do Stieel foi feito pela vereadora de Concórdia Ingrid Fiorentin (PT).



Trabalhadores da CERTREL aprovam contraproposta ao ACT

O Sintresc, sindicato que representa a categoria na região sul do estado, promoveu assembleia com os trabalhadores da Cooperativa de Energia Treviso - CERTREL na última semana de fevereiro.



A assembleia tinha como pauta a apreciação da categoria da contraproposta da campanha salarial 2026. Os trabalhadores aprovaram a proposta negociada pelo Sintresc, e que contempla reajuste salarial de 5% (ou seja, 100% da variação do INPC) e reajuste do vale alimentação pelo mesmo índice.

CNE convoca entidades para a segunda rodada de negociação do ACT da Axia Energia 2026

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) divulgou convocatória nacional para a segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Axia Energia 2026. A atividade será realizada entre os dias 19 e 21 de março de 2026, no Rio de Janeiro, reunindo representantes de federações, intersindicais, sindicatos e associações de trabalhadores que integram o coletivo. De acordo com o informativo, a programação terá início no dia 19 de março, às 14h, com uma reunião prévia para preparação da negociação com a empresa. O encontro acontecerá na AEEL, localizada no Centro da capital fluminense. Já no dia 20 de março, ocorre a segunda rodada de negociação do ACT Axia Energia 2026, em local ainda a ser definido. No dia 21 de março, às 9h, também na sede da AEEL, será realizada uma reunião de avaliação da rodada de negociação e de deliberação sobre os próximos encaminhamentos da campanha salarial. A convocação é assinada pela Coordenação Nacional e reforça a importância da participação das entidades representativas na construção coletiva da pauta e no fortalecimento da mobilização dos trabalhadores do setor elétrico.

Sinergia participa de ato do #8M na capital

Dirigentes do Sinergia participaram do ato e caminhada do #8M na capital. O encontro teve início na manhã de domingo, 8 de março, no Parque da Luz, onde foram realizados debates sobre o fim do feminicídio e transferfeminicídio. Na sequência, foi realizada uma marcha organizada pela Frente Feminista 8M Brasil em Florianópolis, com o tema "Mulheres Vivas e em Luta", que denunciava os graves índices de feminicídio e diversas formas de violência contra a mulher em Santa Catarina. De acordo com a diretora de Cultura do Sinergia, Caroline Camargo Borba, "o dia 8 de março é um dia de reflexão e de luta. Todos os dias mulheres morrem pelo simples fato de serem mulheres e estamos aqui contra todo tipo de violência, opressão e exploração. Também contra a escala 6x1, que atinge sobremaneira as mulheres trabalhadoras".



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, com sede na Rua Lacerda Coutinho, 149, Centro, Florianópolis/SC - CEP: 88015-030, no exercício de suas atribuições estatutárias, vêm convocar seus associados para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 13/03/2026 (sexta-feira), no auditório do SINERGIA, sito à rua Lacerda Coutinho 149, Centro, Florianópolis, às 17h30min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h00min, com qualquer número de presentes.

ORDEM DO DIA

- 1 - Deliberação sobre a contratação de corretores/imobiliárias para corretagem da venda do imóvel do Campeche e percentual de corretagem sobre o valor da venda;
- 2 - Outros;

Florianópolis, 10 de março de 2026.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia



TRIBUNA LIVRE | Por Cleidiane Vieira, jornalista e integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Jaqueline Damasceno, advogada popular, mestra em Direito Humanos e Desenvolvimento da Amazônia e integrante da Coordenação do MAB

Os rios não são mercadorias

Um forte banzeiro agita as águas dos Rios Tapajós, Madeira e Tocantins, na Amazônia. Os povos desta região, que há séculos habitam e preservam terras ancestrais, novamente se põem na vanguarda da luta do povo brasileiro, e mostram ao país e ao mundo que somente a ousadia organizada é capaz de desafiar a voracidade do capitalismo que tenta transformar tudo em mercadoria.

A revogação do Decreto 12.600 representa muito mais do que uma conquista momentânea. Ela simboliza a força do povo amazônico em resistir às imposições do capitalismo, em defender a integridade de seus territórios e em preservar a biodiversidade única da maior floresta tropical do mundo. O decreto abria caminho para a privatização dos Rios Tapajós, Madeira e Tocantins, incluindo-os no Programa Nacional de Desestatização, autorizando sua exploração por meio de concessões e parcerias com o setor privado, no âmbito da política federal de infraestrutura.

Essas hidrovias, no entanto, não visam tornar os rios navegáveis para a população amazônica: para nós, os rios já são navegáveis; são fonte de vida, de alimento, de lazer, história e cultura. O que elas significam é que o rio deixe de ser navegado por nós para ser "navegável" para o grande capital atravessá-los com suas barcas de soja e minério, deixando pelo caminho um rastro de destruição. Conceder a exploração das hidrovias ao capital privado evidencia ainda mais a transferência dos bens comuns à sanha do lucro fácil.

As hidrovias são um projeto principalmente para transformar os rios em corredores de exportação, sem levar em consideração os impactos sociais e ambientais devastadores

que podem ser causados. O principal beneficiado é o agronegócio. Aquele que responde por 75% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, que está tornando nossas terras mais secas, que envenena nossas águas, ameaça e mata defensores de direitos humanos, que patrocina golpes de Estado e nega a existência das mudanças climáticas.

E a Hidrovia Araguaia-Tocantins? Vencemos uma batalha, mas nos falta a guerra. Mesmo após a derrubada do decreto, os projetos de transformar os rios da Amazônia em veias abertas ao agronegócio continuam. Por isso, em 24 de fevereiro, atingidos ocuparam a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em Marabá (PA) para protestar contra o avanço das obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins. O projeto, que prevê a explosão do Pedral do Lourenço e tem Licença de Instalação concedida pelo IBAMA – apesar dos estudos de impactos possuírem diversos erros e omissões – avança mesmo diante da revogação do decreto.

A Hidrovia Araguaia-Tocantins compõe o conjunto de interferências feitas no Rio Tocantins, iniciadas ainda no final da década de 1970 – período da ditadura militar – a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí (PA). Anos depois, avançou-se na construção das eclusas e agora, em sua última etapa, está prevista a construção da hidrovia, facilitando assim o escoamento dos minérios e grãos até o Porto de Barcarena, de onde deverão ser exportados – mais uma vez – produtos primários sem benefício no país, com grandes incentivos fiscais.

Os atingidos por barragens desta região,



SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO NORTE DE SANTA CATARINA

CARTA SINDICAL DE 27/03/61 - REGISTRO Nº 79 (SECRETARIA DO TRABALHO SC)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do SINDINORTE-SC – SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO NORTE DE SANTA CATARINA, em conformidade com o que prevê o seu Estatuto Social, CONVOCA todos os trabalhadores associados de sua base territorial, empregados da Celesc Distribuição S.A e Eletrobras CGT Eletrosul para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 16 de março de 2026, às 17h00min, em primeira convocação, com o número estatutário de presentes e às 17h30min em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, tendo por local a sede do SINDINORTE-SC, situado à Rua Max Colin, 2368, bairro Glória, Joinville-SC, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

1. Aprovação do Regimento Eleitoral;
 2. Eleição da Comissão que coordenará o processo eleitoral do SINDINORTE-SC para eleições gerais;
 3. Definição da data das eleições;
 4. Outros assuntos.
- Joinville, 12 de março de 2026.

WANDERLEI LENARTOWICZ
Presidente

que mesmo depois de 40 anos da construção de Tucuruí ainda não restabeleceram totalmente seus modos de vida e nem seus direitos garantidos, se veem novamente ameaçados por uma nova obra faraônica. A iniciativa pretende viabilizar a navegação comercial na região, aumentando a exploração de recursos naturais, colocando em risco a integridade do Rio Tocantins, suas comunidades ribeirinhas e os ecossistemas que dependem de suas águas.

Uma luta, duas conquistas!

A ocupação da sede da Cargill, em Santarém (PA), pelo movimento indígena iniciou no dia 20 de janeiro de 2026, com o objetivo de revogar o Decreto 12.600/25. A ocupação reuniu diversos povos indígenas, organizações sociais, políticos e aliados na luta em defesa dos rios, culminando na revogação do decreto pelo governo federal em 23 de fevereiro.

O decreto foi assinado pelo próprio presidente Lula em agosto do ano passado, poucos meses antes da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), na contramão da narrativa em que o Brasil se apresentava como liderança no combate à crise climática.

Desde então, criou-se uma onda de desconfiança e descontentamento entre as organizações e povos da região, que se puseram contrárias à privatização. Foi durante a COP 30 que a luta contra a privatização dos rios se intensificou e, mesmo diante de fortes aparatos de segurança, os indígenas ousaram protestar em diversos momentos. Voltaram para casa com promessas de que nenhuma obra seria construída sem consultá-los, o que

se mostrou apenas uma promessa.

A luta contra a privatização dos rios, em especial no Tapajós, soma-se a outra conquista histórica dos povos da região, estabelecida há quase 10 anos, diante do arquivamento dos estudos de viabilidade do projeto hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, uma das cinco grandes usinas previstas no Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Essa conquista infelizmente não parou os projetos do capital. Enquanto se travava a luta contra as barragens na região mais preservada da Amazônia, o agronegócio sorrateiramente ergueu os portos no Distrito de Miritituba. Além disso, avançava na pavimentação das BRs 163 e 230 e na construção de grandes estacionamentos de caminhões no percurso que liga o distrito de Miritituba a Comunidade do Campo Verde, 30 quilômetros totalmente modificados para receber a infraestrutura prevista para a região. Como se não bastasse, ainda querem a construção de uma ferrovia: a Ferrogrão. Como o nome diz, não é para o transporte de pessoas e tampouco para substituir as rodovias, mas para aumentar ainda mais o escoamento de soja.

A luta dos povos da região do Tapajós contra a privatização dos rios é um exemplo inspirador de como a união e a resistência podem ser poderosas ferramentas de transformação social e ambiental. Que esse movimento sirva de inspiração para todos aqueles que lutam por justiça, dignidade e autonomia em todo o mundo. Que os povos da Amazônia sigam existindo e resistindo, protegendo as bases naturais e humanas que são fundamentais para a vida em nosso planeta.

Atingidos do mundo, uni-vos!

Mulheres mais velhas são protagonistas da mostra de Karine Abbati em Florianópolis

“Estranhamento do Possível”, selecionada na Chamada Pública Paulo Gaiad 2026 – 1ª exposição individual da Fundação Cultural BADESC, abre na quinta, 12 de março, com entrada gratuita



Crédito: Karine Abbati

Pinturas em diferentes formatos que propõem uma reflexão sobre a velhice feminina integram a mostra “Estranhamento do Possível”, da artista Karine Abbati, que abre no dia 12 de março, às 19h, na Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis. A exposição, selecionada na Chamada Pública Paulo Gaiad 2026 – 1ª exposição individual, reúne nove obras inéditas que colocam mulheres mais velhas como protagonistas e convidam o público a repensar os estigmas associados a gênero e idade.

As obras, produzidas entre o final de 2025 e o início de 2026, apresentam cenas que destacam a presença e a vitalidade de mulheres mais velhas, rompendo com a ideia de que a velhice feminina deve ocupar lugares discretos ou secundários. “A exposição apresenta pinturas que colocam mulheres mais velhas no centro da cena, questionando por que ainda causa estranhamento vê-las vivendo com autonomia, humor e liberdade”, explica Karine.

Uma das obras se desdobra em vídeoinstalação, ampliando a experiência do público durante a visitação. Para a artista, o desconforto não está nas imagens, mas na forma como fomos ensinados a olhar. “Quero que o público entre com um olhar questionador, pensando por que é difícil ver essas mulheres nesses locais, dessa maneira e nessa posição. Que essas cenas sejam um disparador para novas perguntas”, compartilha.

A curadoria de “Estranhamento do Possível” é

assinada por Livia Auler e a visitação da mostra no Espaço Paulo Gaiad poderá ser feita até 30 de abril. A Fundação fica na Rua Visconde de Ouro Preto, 216, no Centro de Florianópolis/SC. O horário de visitação é das 13h às 19h, de segunda a sexta.

Embora esta seja sua primeira exposição como artista na Fundação Cultural Badesc, Karine já esteve ligada ao espaço anteriormente como curadora de duas exposições. “Sempre quis expor aqui. A Fundação é um lugar que frequento e já havia tentado a seletiva há três anos. Neste ano cheguei com uma nova proposta e com uma produção nova que fiz pensando especificamente nesse espaço”, completa a artista.

Sobre a artista



Crédito: Divulgação

Karine Abbati, que vive e trabalha em Florianópolis, começou a pintar em 2020, e em 2021 ingressou no curso de bacharelado em Artes Visuais na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Pesquisa narrativas de gênero e os atravessamentos entre corpo, memória e imagem. Em suas obras, investiga modos de tensionar os olhares normativos e as estruturas de exclusão.

Por meio de cenas montadas, colagens e justaposições de imagens, desenvolve o que chama de “pinturas performáticas”, gestos que encenam o estranhamento como ferramenta crítica enquanto fabulam novas possibilidades de existência.

Pele das Folhas



quando chove
olho a pele das folhas
os pingos lembram
centelhas de fogo

quando chove
ouço o canto colibri
seus movimentos suaves
movem montanhas

quando chove
rolinha encharca palavra
sobre o piso de pregos
reinventa o ninho

quando chove
cheiro de plantas inebriam
me apaixono
pela mulher natureza

quando chove
o tempo passa mais devagar
meu olhar se aguça

o peito se debruça na varanda

quando chove
penso na humanidade
nas famílias sem tetos
nas crianças nas calçadas

quando chove
vejo os desempregados
os sem terra pra plantar
os sem comida pra comer
os sem dignidade pra viver

quando chove
quando chove

os dias andam áridos

poema: dinovaldo gilioli*
foto: Loureci Ci Ribeiro

*dinovaldo gilioli foi diretor de Cultura do Sinergia

MAB promove marcha em Florianópolis

As populações atingidas por barragens e por eventos climáticos extremos em Santa Catarina convidam toda a população catarinense a se juntar ao MAB em uma marcha no centro de Florianópolis nesse dia 12 de março, a partir das 8h. A caminhada iniciará na Catedral Metropolitana e seguirá até a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde haverá uma reunião pública às 10h

para apresentação das pautas e reivindicações dos atingidos de SC - reparação dos direitos das populações atingidas, programas e projetos de prevenção e mitigação às mudanças climáticas em todo o estado e regulamentação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). A ação faz parte da mobilização nacional “Atingidos em luta por direitos, soberania e paz”.